

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 6 n° 61

novembro 21

▼ **SENADOR NELSON TRAD**
"Cabotagem fortalece
matriz logística"



Menos carbono, melhores negócios

Lideranças industriais explicam por que
empresas lucrativas dependem de ações
sustentáveis e adesão ao ESG

DUBAI ▶ Maior missão prospectiva da indústria abre oportunidades de negócios

EDUCAÇÃO ▶ Pesquisa mostra que estudantes aprovam o Novo Ensino Médio

LEGISLATIVO ▶ Setor produtivo defende aprovação da reforma tributária



**TEM
COMFORTO
TEM INDÚSTRIA**

PRATICIDADE, BEM-ESTAR E CONFORTO. PARA QUE VOCÊ TENHA TUDO
ISSO, EXISTE MUITA DEDICAÇÃO E TRABALHO DE MILHÕES DE PROFISSIONAIS
DE DIVERSAS INDÚSTRIAS. A VIDA FICA MUITO MELHOR QUANDO
SE TEM TUDO SEMPRE À MÃO.

*TEM DESENVOLVIMENTO. TEM INDÚSTRIA.
INDÚSTRIA BRASILEIRA. A FORÇA QUE ESTÁ EM TUDO.*

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

Com os pés no presente e os olhos voltados para o futuro, a indústria brasileira adota diversas ações sustentáveis em suas etapas de produção. De acordo com pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 91% das empresas promovem práticas para evitar o desperdício de água e energia e fazem gestão de resíduos. Entretanto, ainda há um longo caminho pela frente: apenas 34% possuem estrutura formal para tratar de sustentabilidade.

A reportagem de capa desta edição mostra que muitas indústrias têm políticas ambiciosas e pioneiras para minorar o impacto ambiental de suas atividades. Exemplo disso é a JBS, que pretende zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2040. Já a fabricante de calçados Vulcabras abastecerá todas as suas unidades, a partir de 2022, com energia eólica. A Veracel, por sua vez, mantém a maior reserva privada de Mata Atlântica do Nordeste.

Além da questão ambiental, o mundo corporativo precisa atentar para o aspecto social e o de governança, a fim de gerar mercados mais sustentáveis e melhores resultados para a sociedade. Esses são os três pilares que formam a sigla ESG (da expressão

inglesa *Environmental, Social and Governance*), cujos princípios devem orientar o planejamento das empresas. Entrevistado pela revista *Indústria Brasileira*, Paulo Batista, CEO da Alicerce Educação, startup de impacto social, diz que “aderir ao ESG é uma questão de sobrevivência para as indústrias”.

Esta edição também mostra que o mundo reconhece os esforços da indústria brasileira em prol da sustentabilidade. A empresa Aço Verde, de Açailândia (MA), foi laureada em Londres, na maior premiação do setor de metais, por ser a primeira fábrica do ramo a produzir aço carbono neutro.

Outros assuntos destacados em novembro são a participação do Brasil na COP26 e na missão prospectiva liderada pela CNI para Dubai. Além disso, esta edição aborda a tramitação da reforma tributária no Senado – em compasso de espera, apesar de haver angariado apoio inédito de diversos setores – e a aprovação dos estudantes ao Novo Ensino Médio, que conjuga o preparo para o mercado de trabalho e para o ensino superior.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, proteja-se e proteja as pessoas próximas a você!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ cniBrasil
flickr ▶ cniweb
instagram ▶ cniBr
twitter.com ▶ cni_br
linkedin ▶ cni-brasil
youtube ▶ cniweb

SESI

facebook ▶ SESINacional
youtube ▶ sesi
linkedin ▶ sesi-nacional

SENAI

facebook ▶ senainacional
instagram ▶ senai_nacional
twitter ▶ senainacional
youtube ▶ senaibr
linkedin ▶ senai-nacional

IEL

facebook ▶ IELbr
instagram ▶ ielbr
twitter ▶ iel_br
linkedin ▶ iel-nacional

sumário

edição nº 61 ▶ novembro 2021

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Indústria brasileira incorpora ações que contribuem com a sustentabilidade da economia

16 INFOGRAFIA

Pesquisa mostra práticas sustentáveis que a indústria brasileira já adota e pensamento dos empresários sobre o tema

18 COP26

Saiba como foi a participação do Brasil na conferência climática

22 PAULO BATISTA

CEO da Alicerce Educação fala sobre a importância de as empresas aderirem aos princípios ESG

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

SESI atua na vacinação contra a Covid-19 de mais de 2,3 milhões de brasileiros

26 COMPETITIVIDADE

Representantes de cerca de 200 empresas e entidades participam de missão prospectiva da CNI em Dubai

30 AGENDA LEGISLATIVA

Reforma tributária recebe apoio inédito, mas avança pouco no Senado

34 5 PERGUNTAS PARA...

Nelsinho Trad, senador pelo PSD de Mato Grosso Sul, sobre as mudanças no setor de navegação de cabotagem

36 TERMÔMETRO

Confiança do empresário industrial cai pelo terceiro mês consecutivo

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

Indústria do Maranhão recebe prêmio mundial por produção sustentável de aço

42 CURRÍCULO NOVO

Pesquisa mostra que estudantes aprovam o Novo Ensino Médio

46 OUTRA VISÃO

Marcelo Nakagawa, professor de instituições como Insper e Unicamp, defende integração entre negócios sustentáveis e inovadores



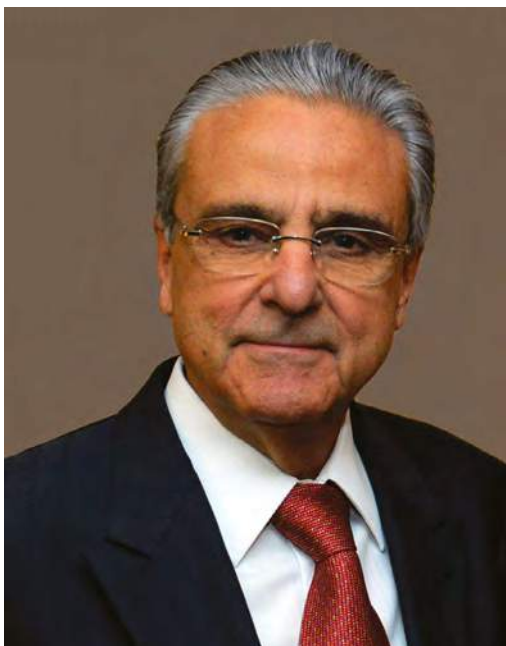
KAYUS GRACCO SOUSA,

ex-aluno do SENAI Vila Canaã, em Goiânia

pode contar

Aos 14 anos, Kayus Gracco Sousa entrou no SENAI, em Goiânia, matriculado no curso de Técnico em Eletromecânica e Mecânica em Manutenção em Máquinas Industriais. Agora, aos 23 anos, está prestes a se formar em Engenharia Mecânica e já trabalha como Técnico em Eletromecânica e Inspetor de Emissão Acústica. Sobre sua trajetória, ele fala da importância de sua passagem pelo SENAI: “A cada dia, percebo a importância da base que o curso técnico me proporcionou ao longo desses anos. A engenharia é muito teórica e o técnico é muito mais prático. Com isso, me torno um profissional muito mais capacitado”.

A contribuição da indústria para o meio ambiente



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Os céticos costumam afirmar que as pessoas só se engajam de fato em mudanças profundas quando seus interesses particulares estão em perigo. Segundo a visão de alguns analistas, o enfrentamento dos problemas ambientais poderia ser adiado por dois motivos: eles não significariam um risco imediato e enfrentá-los envolveria custos altos na adaptação da produção. É preciso reiterar, porém, que o aquecimento global exige, sim, ações urgentes e o comprometimento de todos. Adiar sua solução é algo fora de cogitação.

Esse não é um problema que diga respeito apenas às gerações futuras, com o confronto podendo, eventualmente, ser empurrado para depois. Os efeitos da degradação ambiental são graves e já se fazem presentes hoje. Nos últimos anos, a grande ocorrência de eventos climáticos extremos, como enchentes e furacões, tem provocado sofrimento humano e prejuízos econômicos de grande proporção. É uma adversidade real, com danos que podem recair sobre qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta.

Caso não se combata a destruição do meio ambiente, a vida na Terra ficará



progressivamente insustentável. Além dessa questão geral de suprema importância, um aspecto tem a ver, de modo mais direto e premente, com o cotidiano das empresas: quem quiser sobreviver no mercado terá que se adaptar logo aos ditames do crescimento econômico combinados com a atenção ao meio ambiente. Em outras palavras, as indústrias precisarão trabalhar tendo em vista o desenvolvimento sustentável, sob pena de ter o negócio inviabilizado.

Cada vez mais, os consumidores recusarão produtos que não tenham sido elaborados de maneira ambientalmente correta, de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade. Para autorizar a importação de móveis, por exemplo, os países devem ampliar a exigência de certificados provando que a madeira usada na fabricação foi obtida segundo as normas de conservação. Com o tempo, o consumo consciente se espalhará por todos os setores, tanto no mercado externo como no interno, com nítidas repercussões na produção.

Nenhum consumidor ou empresário quer colaborar, mesmo que de maneira

inconsciente, com a destruição do planeta. Com essa mentalidade, que, ainda bem, veio para ficar, as indústrias brasileiras estão investindo muito em modos limpos de produzir. O objetivo dos planos que estão sendo adotados é aproveitar melhor insumos e matérias-primas, cortar drasticamente a emissão de gases de efeito estufa, reciclar materiais, reutilizar água, fazer uso racional de energias (apostando especialmente nas renováveis) e gerir resíduos de maneira eficiente, entre outras iniciativas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as indústrias brasileiras investiram US\$ 32 bilhões em sustentabilidade nos últimos 15 anos. Além disso, estamos atentos às discussões e decisões globais sobre o assunto, como demonstrou a participação ativa do setor na última Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, a COP26. Ao acelerar as transformações na produção e trabalhar em cooperação com governos e outras instituições, a indústria nacional contribui para que o mundo avance em direção ao desenvolvimento sustentável, com benefícios para todos nós. ■



▶ Exemplo de prática sustentável, a Estação Veracel é a maior reserva privada de Mata Atlântica do Nordeste, mantida pela indústria de celulose

Indústria cada vez mais sustentável

PESQUISA ENCOMENDADA PELA CNI MOSTRA QUE A INDÚSTRIA BRASILEIRA SE PREOCUPA COM COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS E OS COLOCA EM PRÁTICA

A indústria brasileira incorporou, de modo geral, ações para contribuir com a sustentabilidade da economia. É o que mostra pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre as organizações entrevistadas, 91% promovem práticas para evitar o desperdício de água e energia e fazem gestão de resíduos. O levantamento mostrou, ainda, que 42% consideram como prioridade a gestão de resíduos sólidos, seguida por ações para evitar o desperdício de água (38%) e o uso de fontes renováveis de energia (36%). Os entrevistados podiam escolher até duas opções de resposta. O levantamento ouviu por telefone executivos de 500 empresas industriais de médio e grande porte entre 13 e 22 de outubro de 2021.

“A mudança climática é, sem dúvida, o maior desafio da nossa época. Se nada for feito, estaremos comprometendo as próximas gerações”, destaca Gilberto Tomazoni,

CEO Global da JBS. “Na empresa, tivemos a oportunidade de nos tornar importantes agentes de transformação para uma economia de baixo carbono, com um sistema mais efetivo e sustentável”, conta o executivo. Em março deste ano, a empresa anunciou o “Compromisso Net Zero 2040”, com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

A medida, alinhada ao pilar de transição energética adotado pela indústria brasileira, deve zerar o balanço líquido da JBS com a emissão de gases causadores do efeito estufa até 2040. “O desafio da JBS é uma longa maratona global, cuja largada já foi dada, e o relógio está correndo rápido contra todos nós. Embora o percurso até 2040 ainda não esteja completamente traçado, o mais importante é compreendermos que só haverá vencedores se corrermos todos na mesma direção”, finaliza Tomazoni.

A companhia também passará a reportar seus dados sobre impactos climáticos conforme as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD), força-tarefa que reúne diversas organizações com o objetivo de desenvolver um padrão comum para que empresas possam medir e divulgar os riscos financeiros relacionados ao clima. O esforço da JBS se alinha, ainda, ao objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 2 °C, com esforços para contê-lo em 1,5 °C, quando comparado aos níveis pré-industriais. Entre as medidas adotadas pela empresa para cumprir o compromisso está o investimento de US\$ 1 bilhão em projetos de redução de emissões na próxima década.

Nos últimos 15 anos, as indústrias brasileiras investiram cerca de US\$ 32 bilhões em sustentabilidade, o que evitou a emissão de 124 milhões de toneladas de gases de efeito











estufa (GEEs), de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Além disso, o setor adota uma série de ações sustentáveis pioneiras, mundialmente reconhecidas, em diversas áreas. Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, estamos diante de um momento decisivo para enfrentar a mudança climática e é urgente que países, empresas e sociedade somem esforços para mitigar danos.

“A indústria brasileira adota princípios de sustentabilidade nas diferentes etapas de produção, lançando mão de ações de redução de emissões de CO₂, economia circular, manejo sustentável de resíduos, inovações tecnológicas para preservação do meio ambiente, eficiência energética, conservação de florestas, entre muitas outras. Além disso, o setor industrial brasileiro participa ativamente com propostas para negociações internacionais relacionadas ao clima e à sustentabilidade”, completa Andrade.

As dez principais preocupações das empresas na agenda de sustentabilidade

(os entrevistados podiam escolher até duas opções)



 Descarte de resíduos sólidos	26%
 Uso da água	12%
 Redução dos impactos ambientais	12%
 Desenvolvimento de novos produtos sustentáveis	12%
 Crescimento com responsabilidade ambiental	11%
 Escassez de matéria-prima	11%
 Eficiência energética	10%
 Reaproveitamento dos insumos de produção	10%
 Conscientização de colaboradores	9%
 Poluição	7%

USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS



Com unidades em Itapetinga (BA) e em Horizonte (CE), a fabricante de calçados Vulcabras é outro exemplo de empresa que está investindo no uso de recursos renováveis. A partir de 2022, todas as suas unidades serão abastecidas com energia eólica, suprida por um dos maiores complexos do mundo, o Rio do Vento, no Rio Grande do Norte. O sistema terá capacidade instalada total de 1.038 MW, e será operacionalizado pela Casa dos Ventos, empresa que desenvolve projetos na área de energia eólica.









A companhia, em parceria com a Casa dos Ventos, investiu R\$ 150 milhões para garantir que suas unidades fabris fossem abastecidas com energia eólica. O contrato prevê o fornecimento de energia limpa pelo período mínimo de 13 anos. “Esse é um momento histórico na jornada da empresa, que tem como um de seus valores



◀ “A mudança climática é, sem dúvida, o maior desafio da nossa época”, diz Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS

Práticas adotadas pelas empresas na linha de produção



 Ações para evitar o desperdício de água	91%
 Ações para evitar o desperdício de energia	91%
 Gestão de resíduos sólidos	91%
 Processos dedicados a reduzir ou eliminar poluição do ar e da água	75%
 Logística reversa de produtos	58%
 Uso de fontes renováveis de energia	42%
 Monitoramento da emissão de gases de efeito estufa	34%
 Ações de reflorestamento	33%

Fonte: Pesquisa Indústria & Sustentabilidade/CNI-Instituto FSB Pesquisa



► Segundo Virgínia Camargo (Veracel), as ações de conservação devem garantir o ciclo ecológico e a manutenção da vida, tanto dos animais quanto dos humanos

pensar no amanhã”, afirma Pedro Bartelle, CEO da Vulcabras.

Ainda segundo a pesquisa encomendada pela CNI, 63% das empresas entrevistadas falam em ampliar os investimentos em sustentabilidade nos próximos dois anos. Apesar da pandemia e de seus impactos econômicos, 28% dos entrevistados informaram que aumentaram esse tipo de investimento desde março de 2020. Os dois principais motivos para investir em sustentabilidade são reputação junto à sociedade e aos consumidores (41%) e atendimento às exigências regulatórias (40%). Já os dois principais obstáculos são falta de cultura de sustentabilidade (48%) e falta de incentivos do governo (47%).

Instalada em Minas Gerais, a *Bem Brasil Alimentos*, líder na produção de batata pré-frita congelada e flocos desidratados do tubérculo, foca a economia circular para a gestão de resíduos, fertirrigação e compostagem. Uma de suas iniciativas é justamente o projeto *Economia Circular*, que tem como principal objetivo transformar a cultura da linearidade, agregando valor a produtos antes descartados. Parte da gestão de resíduos consiste no manejo do isopor, que é reaproveitado por empresas que o utilizam como matéria-prima, a exemplo da fabricação de blocos na construção civil.

Todos os resíduos de plástico e papelão são encaminhados, atualmente, para reciclagem e/ou logística reversa e transformados em subprodutos. Os plásticos viram matéria-prima para fabricação de sacolas e sacos, e o papelão é reutilizado para confecção de caixas. “O desenvolvimento sustentável atende às necessidades da geração atual, mas sem comprometer a existência das gerações futuras”, pontua a gerente de Sustentabilidade da *Bem Brasil*, Isabela Navarro. “Por isso, a atuação responsável está no DNA da empresa, que tem evoluído, cada dia mais, com uma gestão ‘ecoefficiente’ e transparente. O que não é sustentável está fadado a acabar”, complementa.

A pesquisa da CNI mostrou que somente uma em cada três empresas exige de seus

Ações de sustentabilidade prioritárias por porte da indústria

(os entrevistados podiam escolher até duas opções)



	Grandes	Médias
Gestão de resíduos sólidos	42%	43%
Ações para evitar o desperdício de água	38%	38%
Uso de fontes renováveis de energia	36%	36%
Ações para evitar o desperdício de energia	23%	34%
Processos dedicados a reduzir ou eliminar a poluição do ar ou da água	19%	17%
Ações de reflorestamento	13%	10%
Monitoramento da emissão de gases de efeito estufa	10%	7%

Fonte: Pesquisa Indústria & Sustentabilidade/CNI-Instituto FSB Pesquis

fornecedores certificados ou ações sustentáveis, mas 52% dizem que são exigidas quanto a isso por seus clientes. Apenas uma em cada 10 empresas disse que já deixou de vender algum produto por não ter certificação ou seguir alguma ação de sustentabilidade e apenas 34% têm estrutura formal para lidar com a sustentabilidade. Apesar disso, quase um quarto dos empresários ouvidos considera que os consumidores de seus produtos levam em consideração critérios ambientais na hora de escolher o que comprar.

Empresa da área de celulose, a Veracel é outro exemplo de indústria que busca inserir práticas sustentáveis na confecção de seu principal produto. Uma de suas iniciativas é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, uma unidade de conservação reconhecida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Localizada no sul da Bahia, a unidade é a maior reserva privada de Mata Atlântica do Nordeste, fazendo parte da estratégia de conservação desse bioma.

Além da educação ambiental e da observação de aves, a Estação Veracel tem acolhido e projetado o trabalho de pesquisadores. Segundo Virgínia Camargo, coordenadora de Estratégia Ambiental e Gestão Integrada da empresa, as ações de conservação garantem o ciclo ecológico e a manutenção da vida tanto dos animais quanto dos humanos. “Esse é um dos pilares do desenvolvimento sustentável e está em linha com nosso propósito de ser responsável, inspirar pessoas e valorizar a vida”, afirma.

CULTURA ESG NAS EMPRESAS

A maior parte dos executivos entrevistados (94%) vê oportunidades nas ações de sustentabilidade. Apesar disso, sete em cada dez executivos industriais (72%) admitem estar pouco ou nada familiarizados com o ESG, a sigla em inglês para “*environmental, social and governance*” (ambiental, social e governança, em português). O termo está associado à busca de um negócio que minimize os impactos no meio ambiente, construa

um mundo mais justo e responsável para as pessoas em seu entorno e mantenha os melhores processos de administração.

A sigla ESG surgiu pela primeira vez em um relatório de 2005 intitulado *Who Cares Wins* (“Ganha quem se importa”, em tradução livre), resultado de uma iniciativa liderada pela ONU. Na época, 20 instituições financeiras de nove países diferentes – incluindo o Brasil – se reuniram para desenvolver diretrizes e recomendações sobre como incluir questões ambientais, sociais e de governança na gestão de ativos, serviços de corretagem de títulos e pesquisas relacionadas ao tema. A conclusão do relatório foi de que a incorporação desses aspectos gerava mercados mais sustentáveis e melhores resultados para a sociedade.

Conforme a pesquisa, dos três pilares do ESG, o da governança é visto como o mais relevante para a indústria brasileira – 39% –, contra 29% que citaram o social e 23%, o ambiental. Cerca de oito em cada dez entrevistados afirmaram que o ESG é importante ou muito importante, embora a maior parte deles ainda não esteja familiarizada com o tema.

Rodrigo Lima, diretor-geral da Agroicone, afirma que o Brasil ainda precisa amadurecer como país diante desse assunto. “A grande questão é que você pega uma empresa que faz o tratamento de esgoto residencial e já acha que é 100% ESG. O universo ESG é muito mais amplo do que isso. O lado social, por exemplo, é uma parte que ainda precisa ser muito amadurecida”, ressalta.

Segundo ele, investir em processos produtivos mais sustentáveis é hoje uma necessidade para a indústria. “Quem não entrar nessa lógica vai ficando para trás, perde competitividade, gasta mais, tem maiores problemas de fiscalização ou de perda de consumidores, que passam a demandar essas práticas”, afirma. Lima explica que, no Brasil, há casos muito interessantes no setor industrial de adoção de diversas tecnologias sustentáveis. “O grande desafio é ajudar as pequenas empresas e os negócios que não conseguem entrar nesse movimento por si sós”, comenta. ■

30 anos da Ação Pró-Amazônia

ENTIDADE ATUA DESDE 1991 EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA INDÚSTRIA DA REGIÃO

Criada há 30 anos, em novembro de 1991, a *Ação Pró-Amazônia* engloba as federações das indústrias dos nove estados da Amazônia Legal e tem como objetivo mostrar para o Brasil e para o mundo o enorme potencial produtivo e as oportunidades da região. “O desafio é orientar a indústria e dialogar com os demais setores produtivos para modernizar nossas empresas e construir uma economia verde, em que posamos fazer a diferença”, afirma Marcelo Thomé, presidente da *Ação Pró-Amazônia*.

Thomé, que também lidera a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), diz que a entidade mantém uma interlocução proativa com setor público, instituições e sociedade, buscando um melhor ambiente para os negócios e a geração de riqueza, emprego e renda. “Esta ação ampla, articulada com as nove federações das indústrias dos estados da Amazônia Legal, é fundamental para que a região encontre o desenvolvimento sustentável”, ressalta ele.

Izabel Cristina Ferreira Itikawa – vice-presidente da entidade e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) – destaca que a *Ação Pró-Amazônia* amplia o espaço de atuação institucional, estabelece pautas regionais que agregam valor aos produtos e serviços desenvolvidos e soluciona problemas comuns

a todos os estados da Amazônia Legal. “Essa união é interpretada por nós como a força da ação coletiva e do exercício do associativismo, práticas que correspondem aos objetivos estratégicos dessas instituições”, resume ela.

Gustavo Oliveira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), explica que, por meio das atividades da *Ação Pró-Amazônia*, “estamos conseguindo implantar projetos que podem contribuir muito para a descarbonização da economia mundial”. Ele cita como exemplos a geração de energia limpa, a produção de biocombustíveis, o avanço na produção de alimentos de maneira sustentável e, principalmente, socialmente inclusiva. “As estratégias adotadas sempre buscam vocações econômicas já existentes na região e potencializam seu desenvolvimento”, pontua.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), José Conrado, considera que a associação também busca combater a pobreza, classificada por ele como a maior causa do desequilíbrio ambiental na Amazônia. “Nosso papel tem sido o de atrair investimentos, mostrando que é possível termos uma indústria sustentável, geradora de empregos e indutora da economia. Com isso, seremos capazes de diminuir as desigualdades sociais na região”, explica ele.

Roberto Pires, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIE-TO), afirma que, sem perder o foco na preservação ambiental, o trabalho desenvolvido pela associação ao longo desses 30 anos “impulsionou nossos estados a se tornarem mais atrativos, nos permitindo buscar, junto aos poderes públicos, incentivos para um maior desenvolvimento da indústria local”.

Já Antonio Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), destaca a criação do projeto *Norte Competitivo*, desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). “O projeto resultou num plano estratégico para o transporte de carga na Amazônia Legal, com mapeamento da atual infraestrutura da região”, diz.

Edilson Baldez das Neves, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), diz que o desafio para os próximos anos é “consolidar-se como uma

forte entidade de defesa dos interesses do desenvolvimento sustentável da indústria e da economia da região, de forma a assegurar a integração das ações e dos investimentos direcionados à Amazônia”. Além disso, “manter uma atuação mais forte na captação de investimentos industriais na região, independentemente de qual estado seja contemplado”.

A missão da *Ação Pró-Amazônia*, diz José Adriano, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), será desenvolver soluções sustentáveis para o futuro, por meio do estímulo às pesquisas nas áreas de química e de biotecnologia industrial. “Com isso, criaremos uma geração de notáveis defensores da nossa independência econômica, explorando todo o nosso potencial fármaco, cosmético e alimentar de origem animal e vegetal, desencadeando políticas públicas voltadas para a geração de riquezas”, argumenta. ■



◀ Iniciativa busca o desenvolvimento sustentável da indústria, da economia e dos povos da região amazônica

Executivos veem oportunidades nas ações de sustentabilidade

Veja os **principais resultados** de pesquisa inédita da CNI com 500 empresários industriais

- Dos três pilares do ESG, o de governança é visto como mais relevante para a indústria brasileira:
39%, contra 29% que citam o social e 23%, o ambiental

- Para a relevância da empresa do entrevistado, **42% citam governança, 27% citam o ambiental e 27%, o social**

- **81% dos executivos** dizem que o ESG é importante ou muito importante

...mas...

- **7 em cada 10 executivos industriais (72%)** admitem estar pouco ou nada familiarizados com o ESG

Ações de sustentabilidade nas empresas

- As ações de sustentabilidade prioritárias são gestão de resíduos sólidos (uma das duas prioridades para 42% das empresas), ações para evitar o desperdício de água (38%) e utilização de fontes renováveis (36%)
- 91% das empresas industriais promovem ações para evitar o desperdício de água e energia e fazem gestão de resíduos

...mas...

- apenas 42% utilizam energias renováveis



Como os empresários acreditam que a indústria pode contribuir para o avanço da agenda de sustentabilidade no país

Reaproveitamento de resíduos	14%
Conscientização da sociedade	13%
Desenvolvimento de novos produtos sustentáveis	9%
Mudanças no processo produtivo	9%
Incentivos do poder público	8%
Cumprimento de normas e certificações	5%
Investimentos em tecnologia	5%
Uso de insumos sustentáveis	5%
Uso de energia solar	4%
Participação em ações setoriais	4%
Reciclagem	4%

Quais deveriam ser as prioridades do poder público na agenda ambiental, na opinião dos empresários

Financiamento/crédito verde	28%
Conscientização da sociedade	17%
Benefícios para empresas sustentáveis	15%
Definição de uma agenda política para o tema	11%
Aumento da fiscalização	9%
Combate ao desmatamento	7%
Água/abastecimento	6%
Energia limpa	3%
Redução de emissões	2%
Desburocratização	2%

Obs.: O Instituto FSB Pesquisa entrevistou, por telefone, executivos de 500 empresas industriais de médio e grande portes, compondo amostra proporcional em relação ao quantitativo total de empresas industriais desses portes em todos os estados brasileiros. Dentro de cada região, a amostra foi controlada por porte das empresas (médias e grandes) e setor de atividade. As entrevistas foram realizadas entre 13 e 22 de outubro de 2021.

Fonte: Pesquisa Indústria e Sustentabilidade/Instituto FSB Pesquisa



▶ Durante a conferência, governo brasileiro anunciou a meta de reduzir 50% das emissões de gases poluentes até 2030



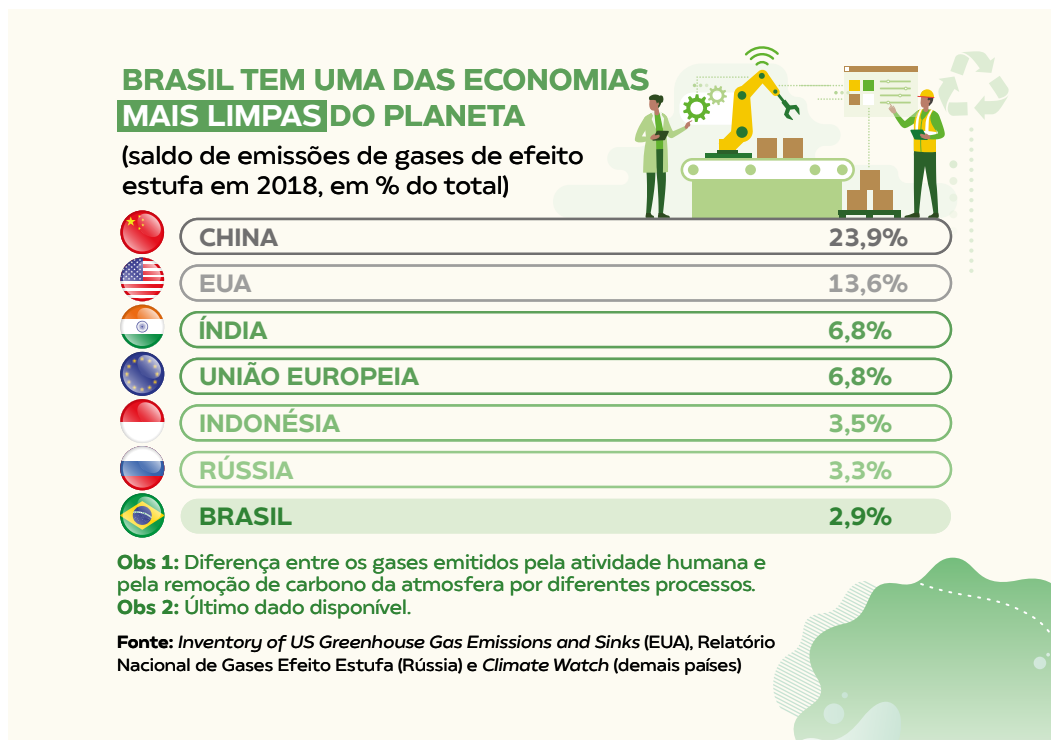
O Brasil na COP26

EM GLASGOW, INDÚSTRIA BRASILEIRA
APRESENTA RESULTADOS E PROPOSTAS
PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

O combate às mudanças climáticas é um caminho sem volta. Essa visão foi expressa em Glasgow (Escócia), durante a COP26, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. Ele explicou que o atingimento das metas ambientais de todos os países está entrelaçado: para que nações em desenvolvimento consigam reduzir emissões, as economias desenvolvidas precisam honrar o compromisso assumido no Acordo de Paris, de destinar US\$ 100 bilhões anuais para financiar iniciativas como a redução do desmatamento.

“Recursos são fundamentais tanto para a redução de emissões quanto para projetos de adaptação à mudança climática”, afirmou Andrade. “Acredito que o empenho dos países em prol da sustentabilidade será cada vez mais intenso. Essa agenda é urgente, e já podemos sentir os efeitos da mudança do clima em nossas vidas e também nos negócios”, acrescentou ele.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, participou da conferência por meio de uma palestra virtual. Ele pontuou que este é o momento de avançar no estabelecimento de regras básicas para o mercado de carbono. “É muito importante desenvolver a precificação do carbono”, afirmou. A regulação do mercado doméstico vem sendo discutida pelo Congresso Nacional, onde há propostas sobre o tema, e também pelo governo federal.



“Já podemos sentir os efeitos da mudança do clima em nossas vidas e também nos negócios”, diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade



Segundo Campos Neto, possibilitar financiamentos sustentáveis é cada vez mais relevante, porque a preocupação ambiental chegou “com força” ao setor financeiro, depois de passar pelas áreas de energia e alimentos. Ele disse que investidores e fundos de investimento já exigem produtos ESG (sigla em inglês para responsabilidade social, ambiental e de governança), e isso está impedindo alguns países e algumas companhias de receberem recursos estrangeiros.

Durante a COP26, entre 31 de outubro e 12 de novembro, a indústria brasileira apresentou diversas iniciativas rumo a uma economia de baixo carbono. “A sustentabilidade é o ponto de partida de nossas estratégias, tomadas de decisão e investimentos em torno do alumínio – que é infinitamente reciclável. Fazemos a gestão de emissões, na prática, com metas

ambiciosas – como reduzir 40% de nossas emissões ao longo dos próximos dez anos e buscar uma rota de neutralização para o carbono em 2050”, afirma Leandro Faria, gerente-geral de sustentabilidade da Companhia Brasileira do Alumínio.

Marcel da Costa Siqueira, gerente do Programa Nacional de Conservação de Energia e Eficiência Energética da Eletrobras (Procel), destaca que a indústria é uma grande parceira na redução do consumo de energia. “Entre os resultados do Procel, há boas diminuições estruturadas de consumo ao longo dos últimos anos, como, em 2020, a redução de 22 bilhões de quilowatts, o equivalente a mil toneladas de CO² anuais. Trabalhamos para inserir uma cultura de eficiência energética nos processos produtivos do dia a dia da indústria”, detalha.

APROVAÇÃO DA ONU

O gerente de Sustentabilidade e Meio Ambiente da *ArcelorMittal*, Bernardo Enne Corrêa da Silva, ressalta que o aço brasileiro é um produto 100% reciclável. “Dentro da economia circular, do carbono circular, tem possibilidade de ser infinitamente renovável e utilizado dentro do processo”, explica. Segundo ele, a empresa foi pioneira no desenvolvimento de projetos de mecanismos limpos. “Fomos a primeira siderúrgica a ter um projeto aprovado na Organização das Nações Unidas (ONU). O grupo tem a meta de reduzir emissões em 25% até 2030”, informa Bernardo.

No painel, ao falar sobre inovação e indústria, Rosana Ribeiro, diretora da *Malibu*, destacou o uso de material reciclado na produção de sapatos. Segundo ela, desde o início da empresa, em 2003, já havia a ideia de trabalhar com PVC reciclado. “Adquirimos PVC reciclado de pequenos recicladores do

sul do Ceará, mas não era suficiente. Então, adquirimos também mercadorias de outros estados. Em 2021, transformamos 600 toneladas de PVC”, contou ela.

Gerente-executivo de Iniciativas de Carbono da *Suzano*, Julio Cesar Natalense afirma que a empresa abriga 1,5 milhão de hectares de florestas cultivadas e mais 1 milhão de hectares de florestas preservadas. “Na Suzano, somos negativos em carbono – e temos a meta de remover 40 milhões de toneladas de CO² da atmosfera até 2025. Para 2030, queremos promover a conexão entre mais de 500 mil hectares de remanescentes de vegetação e corredores ecológicos”, explica. Segundo ele, isso permitirá o trânsito de animais e material biológico, promovendo um enriquecimento genético nos biomas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia.

Em posicionamento divulgado no dia 9 de novembro, a CNI se manifestou contra o desmatamento ilegal e em defesa de uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), além de haver reforçado a importância dos investimentos em inovação. No documento, a CNI informa que o Brasil, de um modo geral, e a indústria, especificamente, “têm um desafio enorme de, por um lado, mostrar as suas boas práticas e servir de inspiração aos atores internacionais e, de outro, atrair negócios sustentáveis para a nação que tem por vocação protagonizar o debate ambiental global”.

Ainda durante a COP26, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, anunciou um aumento na meta de redução de gases poluentes de 43% para 50% até 2030. O Brasil havia apresentado inicialmente uma meta de redução das emissões de 37% até 2025 e 43% até 2030, usando como base o ano de 2005. O governo brasileiro também anunciou a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2028. ■

Questão de sobrevivência

É ASSIM QUE PAULO BATISTA, CEO DA ALICERCE EDUCAÇÃO, DESCREVE A IMPORTÂNCIA DE AS INDÚSTRIAS ADERIREM AOS PRINCÍPIOS DO ESG

Mais produtividade, inovação e criação de uma cultura corporativa. Esses são os ganhos no longo prazo que as empresas têm ao aderir ao ESG, afirma Paulo Batista, CEO da *Alicerce Educação*, startup de impacto social. “Aderir ao ESG não é mais uma opção, uma questão de concordar ou não. É uma questão de sobrevivência para as indústrias”, resume. No curto prazo, diz, essa adesão contribui para reter talentos e engajar os colaboradores.

Qual é a importância das estratégias do ESG no contexto atual do Brasil? É um tema central, que vem numa nova roupagem, mas ele não é novo. É toda a temática de sustentabilidade, que vem crescendo muito desde a década de 1990, e, nessa nova roupagem, está vindo com muita força. Para mim, a questão central por trás disso é uma mudança geracional. Você tem uma nova geração, que são os *millennials*, chegando aos 40 anos de idade e assumindo um papel central na economia, e essa geração vem com a exigência da sustentabilidade. Isso se traduz em uma expectativa dos investidores, dos consumidores e dos talentos. Aderir ao ESG não

é mais uma opção, uma questão de concordar ou não. É uma questão de sobrevivência para as indústrias.

Qual é a importância da educação para construir essa cultura? Em um país como o Brasil, em que a raiz de todos os problemas sociais está na falta de acesso à educação básica pela grande maioria da população, possibilitar esse acesso é crucial. De certa forma, os princípios do ESG estão alinhados a um objetivo de maximização do lucro do capitalismo, porque a falta de acesso a uma educação básica de qualidade é uma crise humanitária no Brasil, e também é o maior gargalo da indústria. A prova do Pisa, que é a prova internacional de qualidade de educação básica, mostra que só 30% dos brasileiros chegam ao final da escola com os conhecimentos de português e matemática necessários para ser um operário em fábricas. Então a indústria brasileira vive um gargalo de mão de obra e um gargalo de produtividade exatamente por conta desse problema.

Como você vê a inserção desses princípios no ambiente corporativo? Muitas



◀ O executivo explica que hoje existem mecanismos de punição e recompensa para garantir o cumprimento de princípios do ESG

empresas ficam confusas, preocupadas e com medo do conceito. No fundo, ele é muito simples, e o que eu recomendo é que partam para a prática rápido. Em vez de ficar muito tempo discutindo o que é, o que não é, como não é, que entendam um pouco da simplicidade do conceito e busquem usar rankings de pontuação e medição dos pilares do ESG. A maioria das empresas tem ações voltadas aos princípios do ESG. Só não medem nem registram isso corretamente, o que é importante.

Como você avalia o estágio em que essas empresas estão? A gente dialoga com as empresas desde 2019 sobre o tema e tem observado que está havendo uma verdadeira revolução. Em apenas dois anos, a grande maioria das empresas já incluiu na sua estrutura organizacional um profissional dedicado ao tema. Então, a evolução é gigantesca e vertiginosa, e isso pode ter um impacto muito positivo no Brasil.

Qual é o impacto econômico na aplicação dos princípios do ESG no Brasil? Comparada à de outros países, a indústria brasileira sempre teve uma consciência

de sustentabilidade acima da média, até pela tradição de regulação do país. Então, o Brasil, em várias frentes, foi pioneiro no quesito da sustentabilidade, mas a grande evolução de pensamento agora é a clareza da recompensa e da punição se isso não for seguido. Muitas indústrias e empresas adotavam isso [os princípios do ESG] por obrigação regulatória ou por uma questão ideológica ou de afinidade dos proprietários das empresas.

Que lição fica do processo de transformações até aqui? O que fica muito claro com a cristalização da estrutura do ESG é que agora há um mecanismo de punição e recompensa por investidores, consumidores e talentos. Muitas empresas se sentem quase que obrigadas a explorar isso, pelo medo de serem punidas por um desrespeito público. Para mim, esse é exatamente o grande motor. A recompensa agora ficou mais clara por meio do aumento de vendas, do reconhecimento dos consumidores e dos investidores, do aumento do preço de ação e da possibilidade de atrair ou reter os melhores talentos. ■

Indústria e



SESI APOIA VACINAÇÃO DE MAIS DE 2,3 MILHÕES DE BRASILEIROS CONTRA A COVID-19

Desde o início da pandemia, mais de 2,3 milhões de pessoas já foram vacinadas contra a Covid-19 com apoio do Serviço Social da Indústria (SESI) em 16 unidades da Federação. A entidade colocou à disposição do poder público sua estrutura, presente em mais de 2,4 mil municípios brasileiros, para apoiar o Plano Nacional de Imunização (PNI) e o Sistema Único de Saúde (SUS) na aplicação de vacinas em trabalhadores da indústria e na população. Em alguns estados, além da infraestrutura, o Sesi disponibiliza profissionais para fazer a triagem e atender às pessoas que serão vacinadas.

DEBATE SOBRE DESAFIOS DA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS

O jornal *Folha de S. Paulo* realizou, no dia 27 de outubro, seminário para debater os desafios da capacitação de profissionais para a indústria 4.0. No evento, patrocinado pela Embratel, o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rafael Lucchesi, disse que o Brasil precisa investir em pesquisa e desenvolvimento. Os institutos e as parcerias do SENAI foram citados como referência pelos participantes do evento, realizado em formato online.



m Ação



COFUNDADOR DA APPLE NO CONGRESSO BRASILEIRO DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA

O cofundador da *Apple*, Steve Wozniak, esteve entre os palestrantes que participaram do lançamento da 9ª edição do *Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria*, promovido pela CNI e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no dia 20 de outubro. Ele destacou que as startups enxergam a inovação como um processo transformador e necessário para o crescimento.

BRASIL NÃO CRESCERÁ SEM INVESTIR EM CIÊNCIA

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destaca que a falta de investimentos em ciência e inovação dificulta o crescimento do Brasil e vai na contramão do caminho trilhado por países desenvolvidos, além de China e Índia. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal instrumento de financiamento às atividades de CT&I em empresas e instituições de pesquisa, como Embraer e Embrapa, têm sofrido grandes cortes nos últimos anos.

CNI DISCUTE INDÚSTRIA 4.0 EM DUBAI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, participou da quarta edição do *Global Manufacturing and Industrialisation Summit* (Encontro Global de Manufatura e Industrialização), em Dubai. Entre os dias 22 e 27 de novembro, representantes de governos, indústrias e investidores de todo o planeta foram ao evento, que debateu a implementação da indústria 4.0 para melhorar a conectividade e a competitividade do setor produtivo. A CNI é uma das parceiras globais do encontro.



Emirados Árabes, novo hub do comércio exterior

CNI PROMOVEU UMA DAS MAIORES MISSÕES
PROSPECTIVAS DE EMPRESÁRIOS BRASILEIROS
A UM PAÍS DO ORIENTE MÉDIO

Para além de cidades incríveis, que mesclam o tradicional com o moderno, do suntuoso Burj Khalifa (arranha-céu), das paisagens desérticas e do petróleo que viabilizou uma grande transformação na região nas últimas décadas, os Emirados Árabes Unidos (EAU) se consolidaram como um *hub* estratégico para a comercialização de produtos com outros países árabes e com nações do mundo ocidental com as quais interagem comercial e financeiramente.

Como explica José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), o reconhecimento dos Emirados Árabes como um importante *player* no mercado internacional deve-se ao estabelecimento de um ecossistema de inovação e da estrutura desenvolvida pelo país com o objetivo de viabilizar o amplo comércio de produtos.

Todo esse investimento despertou o interesse global pela região, como explica a gerente de Internacionalização da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sarah Saldanha. “Embora os Emirados Árabes sejam uma região pequena, a abertura de negócios é ágil, há confiabilidade nos contratos, grande disponibilidade de infraestrutura e um foco crescente em investimento estrangeiro. Por isso, acreditamos que exista muito espaço para o fortalecimento dos negócios entre os Emirados e o Brasil”, prevê ela.



▼
O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e o ex-presidente Michel Temer atuaram em eventos centrais da missão brasileira que buscou aprofundar relações comerciais com os Emirados Árabes



MISSÃO INTERNACIONAL

Foi apostando nesse potencial que, entre os dias 11 e 20 de novembro, Roriz, Sarah e outros 325 representantes de 230 empresas e instituições brasileiras partiram para Dubai. Eles integraram a Missão Prospectiva Brasil-Emirados Árabes Unidos, uma das maiores delegações empresariais da história brasileira, realizada pela CNI com o apoio da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil).

A comitiva contou com uma agenda técnica intensa voltada para o conhecimento das formas de atuação no país, seja exportando, seja importando, seja fazendo investimentos ou buscando parceiros para projetos no Brasil. Para as empresas que buscavam contatos locais, foram disponibilizadas oportunidades de networking com companhias árabes, além de visitas técnicas a centros de referência.

A gerente de Internacionalização da CNI lembra que a missão marca a retomada das viagens de negócio depois de um contexto de restrições severas causadas pela disseminação do coronavírus. “Foi muito emblemático que essa primeira missão [desde o início da pandemia] ocorresse em Dubai, emirado que está recebendo uma das maiores exposições mundiais, a *Expo Dubai 2020*, que precisou ser adiada devido à Covid-19. Esses eventos foram pensados como espaços

de renovação e tendência. Então, faz muito sentido que a gente realize uma grande missão empresarial focada em trazer novas oportunidades de negócio para a indústria brasileira”, destaca Sarah.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, também acredita que a *Expo Dubai* seja um espaço estratégico de atuação para o setor industrial. “Independentemente de fazer negócio direto com um país, você tem ali toda uma zona de influência que foi construída com muita competência. Trata-se de um momento importante para os países mostrarem seus atrativos”, diz.

Dono e presidente da Carolina Baby, indústria e comércio de móveis infantis, Aureo Barbosa conta que a empresa já possuía relação comercial com os Emirados Árabes Unidos, mas ele viu na missão uma oportunidade para conhecer mais sobre os avanços tecnológicos no mundo dos negócios, além de poder dimensionar melhor seu potencial como fornecedor de produtos industrializados para outros lugares do planeta.

“Nossa relação com os Emirados Árabes começou com a visita de uma empresa de Dubai à procura de móveis infantis, que foi quando fizemos os primeiros experimentos de produtos com adaptações para aquele mercado. Passada a pandemia e com os produtos testados e consagrados, pretendemos expandir nossas exportações para essa



região – inclusive preparamos uma lista de novos produtos”, conta Aureo.

Outra organização que exporta para o Oriente Médio e embarcou na missão internacional com o objetivo de ampliar suas relações comerciais naquela região é a Provest. Como explica o gerente de Estratégia, Victor Araújo, a empresa comercializa uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) para Dubai e Omã desde 2019. “Fechamos parceria com uma firma local de distribuição, que nos representa com exclusividade no Oriente Médio. A partir disso, fomos desenvolvendo mercados em conjunto e fechando contratos de fornecimento”, explica ele.

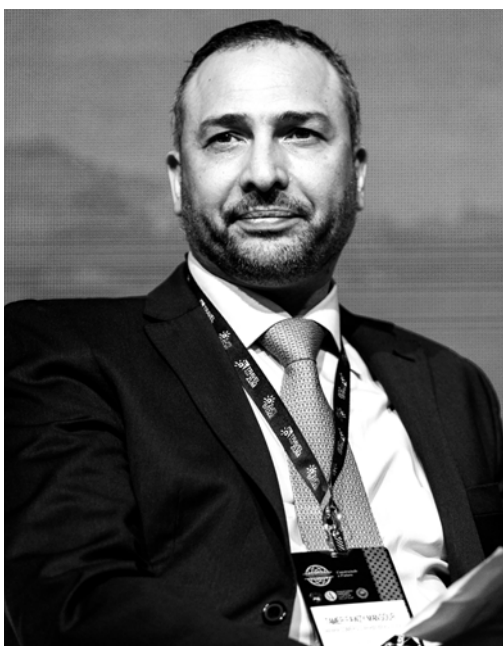
COMÉRCIO ABERTO

No que depender das relações diplomáticas e comerciais estabelecidas entre o Brasil e os países árabes ao longo da história, a missão tem tudo para resultar em bons negócios para ambos os lados. A aposta é do secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Tamer Mansour. “O Brasil, por sua tradição diplomática não beligerante, sempre foi visto como um país amigo no mundo árabe”, diz Mansour.

Ele destaca que, mais do que um mercado em expansão, as nações árabes possuem grande vocação à reexportação. “Esses países têm acordos de livre comércio com os principais blocos econômicos do mundo, então fica mais fácil acessar mercados na Europa e na Ásia, com o benefício adicional de haver neles, neste momento, uma política de incentivo à criação de zonas francas, principalmente no Egito, onde está a rota marítima mais movimentada do mundo, e nos Emirados Árabes Unidos”, detalha.

Para Mansour, as portas estão abertas e o interesse de fortalecer as relações comerciais é recíproco: “O Brasil já é um importante parceiro das nações árabes, sobretudo para produtos do agronegócio. Dessa forma, o país tem na *Expo 2020* e nos desdobramentos da missão empresarial grandes oportunidades para tornar a parceria bilateral ainda mais consistente”.

Embora a missão prospectiva já tenha acabado, a *Expo Dubai 2020* segue até 31 de março de 2022. ■



◀ “O Brasil sempre foi visto como um país amigo no mundo árabe”, diz Tamer Mansour, secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

▼ Agenda Legislativa

▶ Há consenso entre os estados em favor da reforma tributária que tramita no Senado, mas esta não avança.



Uma reforma à espera do Congresso

ELOGIADA POR ESPECIALISTAS E APOIADA POR DIVERSOS SETORES, A PEC 110 PODE MELHORAR SIGNIFICATIVAMENTE O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, MAS SUA TRAMITAÇÃO POUCO AVANÇA NO SENADO

Emperrada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e com chances concretas de não ver sua tramitação avançar neste ano, a Proposta de Emenda à Constituição 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), é considerada por especialistas o melhor texto em discussão para fechar o manicômio tributário brasileiro.

A proposta em análise é fruto de um longo debate feito entre deputados e senadores. Antes da pandemia do novo coronavírus, tramitava no Senado a PEC 110, elaborada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e, na Câmara, a PEC 45, advinda dos estudos feitos pelo atual diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy.

Para evitar conflitos políticos e amenizar obstáculos causados por disputas de protagonismo, optou-se pela formação de uma comissão conjunta para elaborar um texto de consenso. O resultado é o atual relatório do senador Roberto Rocha.

“Este texto é ótimo. Ele corrige 95% das distorções do sistema tributário brasileiro”, afirma a coordenadora do núcleo tributário e dos cursos de pós-graduação em Direito do Insper, Vanessa Canado. “Os principais pontos estão ali: a unificação das alíquotas; a decisão de encaminhar por lei complementar a tributação de setores específicos, como saúde; o princípio da regressividade dos tributos; a isenção dos bens de capital; e o fato de não tratar de forma diferenciada a economia digital”, enumera a especialista.

Ex-integrante da equipe econômica do governo federal, Vanessa teme que questões externas ao debate tributário paralizem uma construção que foi demorada e que pode representar um salto de qualidade para o Brasil. Até meados de novembro, a pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado estava bloqueada devido ao impasse em torno da indicação de André Mendonça para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O sucesso das negociações políticas assegurou apoio inédito de diversos setores econômicos e agentes públicos. No início de agosto, foi entregue um manifesto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assinado pelas seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI); Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Sindifisco Nacional; Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Frebrafite); Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); Centro de Cidadania Fiscal

(CCiF); Destrava Brasil; movimento Para Ser Justo; e o Centro de Liderança Pública (CLP).

As notas oficiais de apoio se empilharam na mesa do presidente do Senado. “Por entender que o país não pode prescindir da reforma ora proposta e tampouco se dar ao luxo de desperdiçar a inédita convergência arduamente construída entre os entes federados e entre estes e a sociedade civil, o Comsefaz reafirma o seu integral apoio à PEC 110/2019”, afirmou a entidade que congrega os secretários de Fazenda estaduais.

Os municípios seguiram a mesma linha. “Os prefeitos do Brasil reafirmam seu engajamento em favor de uma Reforma Tributária Ampla do Consumo e estarão vigilantes com o compromisso do Congresso Nacional de ouvir as demandas do movimento municipalista e manter os avanços alcançados até aqui”, endossou a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, as mudanças que constam na PEC tornariam as empresas brasileiras mais competitivas tanto na exportação quanto na concorrência no mercado brasileiro com produtos importados. “Apoiamos a PEC 110. Ela trata de uma reforma tributária ampla, que vai resolver grande parte dos atuais problemas do sistema de tributação sobre o consumo”, elogia Andrade.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Um dos mentores da PEC 45, Bernard Appy acredita que a proposta em debate no Congresso é precisa e muito eficaz ao tratar dos nós tributários brasileiros. “A proposta gera crescimento econômico, simplifica a burocracia tributária, elimina a cumulatividade, reduz o excesso de benefícios fiscais e promove um efeito distributivo”, diz Appy. A projeção dos especialistas é de que, em 15 anos, essas propostas tenham um impacto positivo de 20% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

A taxaço mais justa fica evidente graças ao alívio que a PEC proporciona aos pobres,



► Vanessa Canado (Insper) teme que disputas na CCJ do Senado prejudiquem a aprovação da PEC 110

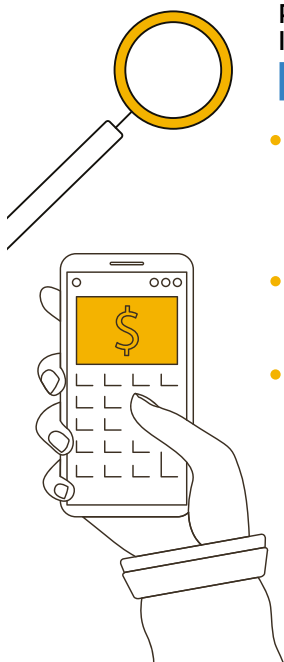
já que o texto diminui a tributação sobre o consumo. “A proposta também traz pontos positivos para as empresas, o que auxilia a geração de empregos. Para a indústria, também é uma boa saída, especialmente pela questão do fim da cumulatividade”, acrescenta Appy.

Economista e especialista em finanças públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sérgio Gobetti lembra que, em um sistema mais transparente, a formação dos preços é mais favorável ao consumidor, o que torna os produtos mais baratos. Gobetti reconhece que algumas cidades, especialmente as grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, têm razão em protestar neste momento por se sentirem prejudicadas pelo novo desenho tributário.

“Mas a maior parte das demais capitais ganha, o que confere um senso de justiça fiscal. Além disso, essas perdas tendem a ser compensadas pelo prazo de transição até a entrada em vigor do novo modelo tributário”, pondera Gobetti. Ele estima que a situação econômica de 86% das cidades brasileiras vá melhorar caso a PEC 110 seja aprovada. ■

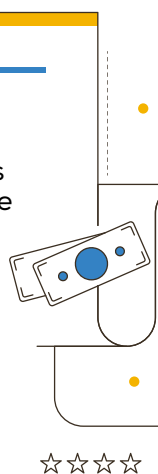


◀ PEC 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), é vista como o melhor texto sobre a reforma tributária que tramita atualmente no Congresso Nacional



PRINCIPAIS INOVAÇÕES DA PEC 110

- Institui o modelo de IVA Dual (Federal CBS e Subnacional IBS)
- Mantém a atual carga tributária
- Desonera investimentos e exportações
- Cria um imposto seletivo sobre produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente
- Cria uma legislação uniforme e harmônica
- É transparente para o consumidor e devolve recursos para os mais carentes



Fonte: “Reforma tributária melhora vida dos brasileiros”, Roberto Rocha, O Globo, 6 de outubro de 2021, página 3.

5 perguntas



Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

Relator do Projeto de Lei que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (4199/2020), mais conhecido como BR do Mar

▲
“A cabotagem vem para fortalecer a matriz logística brasileira e explorar o nosso potencial.”

1 QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS MUDANÇAS TRAZIDAS PELO PROJETO BR DO MAR?

A proposta traz alterações significativas, como o estabelecimento do mínimo de um terço de tripulantes brasileiros já no início das operações, sendo que hoje esse mínimo é de um quinto. Também traz a ampliação do uso dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), permitindo que as empresas possam, entre outros fins, promover manutenções necessárias e definir como e onde empregar esses recursos, que também podem ser investidos nas obras de infraestrutura portuária e aquaviária. Outra inovação é a criação da Empresa Brasileira de Investimento na Navegação (EBN-i), que irá constituir frota e fretar as embarcações para empresas brasileiras de navegação (EBNs) operarem, dispensando a necessidade de frota própria. Incluímos, ainda, o reescalonamento de financiamentos celebrados antes da pandemia de Covid-19, desde que não ultrapassem os prazos máximos de 72 meses de carência e de até 24 anos de amortização, e a prorrogação da isenção do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante) até 2027, permitindo a sobrevivência da indústria salineira das Regiões Norte e Nordeste diante da concorrência com o sal do Chile. Finalmente, eu destacaria também a prorrogação do Reporto até 31 de dezembro de 2023 e a utilização dos recursos da conta vinculada para pagamentos de funcionários durante a pandemia.

para...

2 QUAL É O IMPACTO DO FIM DA EXIGÊNCIA DE BANDEIRA BRASILEIRA NA CABOTAGEM PARA AS EMPRESAS NACIONAIS DE NAVEGAÇÃO?

O PL não abre o mercado indiscriminadamente para embarcações estrangeiras. É preciso reconhecer os investimentos feitos pelas EBNs em território brasileiro, que precisam ser respeitados, e mencionar que o projeto não deixa de incentivar a constituição de frota nacional. Há, no texto, mecanismos que incentivam a construção de embarcações próprias. Ademais, os afretamentos serão feitos por subsidiária integral de empresa brasileira de navegação, o que, de certa maneira, mantém o vínculo e o compromisso da prestação do serviço.

3 O QUE TEM SIDO FEITO PARA SUPERAR OS PONTOS POLÊMICOS DA PROPOSTA?

Não medimos esforços para ouvir e atender a todos os segmentos ligados ao setor e acolher as sugestões feitas por meio de emendas que contribuam, da forma mais equilibrada possível, com o texto enviado pelo Executivo. Foi realizada uma Sessão de Debates Temáticos no Senado Federal, em agosto, com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e sua equipe. Participaram, ainda, representantes de instituições e setores como a Marinha do Brasil, a Associação Nacional dos Usuários do Transporte (ANUT), o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), entre vários outros. Além

disso, foram feitas reuniões com os senadores que apresentaram emendas ao projeto.

4 COMO O BR DO MAR PODE MELHORAR A LOGÍSTICA NO BRASIL?

No Brasil, a cabotagem ocupa cerca de 9% da matriz logística. A China utiliza 31%; a União Europeia, 32%; e o Japão, 44%. Aqui, os donos das cargas mantêm o transporte pelas rodovias, que é mais oneroso, mas garante a oferta de transporte. O BR do Mar é capaz de estimular a expansão da frota de embarcações, reduzindo custos e aumentando a concorrência. A cabotagem vem para fortalecer a matriz logística brasileira e explorar o nosso potencial. A costa brasileira se estende por cerca de 7.500 quilômetros e engloba quatro das cinco regiões do país. Esse imenso litoral está interligado a rios volumosos que formam sistemas hidroviários ainda pouco explorados. Nesse sentido, o Programa BR do Mar propõe facilitar a expansão das operações de cabotagem e a entrada de novos interessados no setor. Essa mudança representa uma grande inovação, que vai permitir a expansão da frota na costa brasileira.

5 QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS PARA A VOTAÇÃO NO SENADO FEDERAL?

Nosso parecer favorável foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora, a intenção é que, com o pedido de urgência feito pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE), o PL seja votado ainda em breve no Plenário do Senado, mas dependemos do rito da Casa. ■

Confiança cai, mas indústria segue otimista

APESAR DE QUEDA DE 1,8 PONTO NO ICEI, ÍNDICE SEGUE ACIMA DOS 50 PONTOS HÁ 15 MESES, O QUE MOSTRA CONFIANÇA ENTRE OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS

Após período de otimismo a respeito da retomada do crescimento, uma avaliação negativa da conjuntura econômica tem se difundido entre os empresários industriais. É o que mostra o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de novembro, que caiu pelo terceiro mês consecutivo, acumulando redução de 7,2 pontos desde agosto.

O índice, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), alcançou os 56

pontos neste mês, indicando que os industriais seguem confiantes. O ICEI varia de 0 a 100, sendo 50 a linha que separa a confiança da falta dela. A tendência de queda, no último trimestre, mostra que o otimismo se tornou mais fraco e menos disseminado. Para compor o levantamento, a CNI ouviu 1.650 empresas entre os dias 3 e 9 de novembro.

A situação econômica do Brasil explica a trajetória de queda de confiança. O primeiro



boletim Focus de novembro, documento divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), mostrou que o mercado financeiro está preocupado com a política fiscal do governo, com a alta da inflação e da taxa de juros e com o avanço do dólar. O *Informe Conjuntural do 3º semestre*, divulgado em outubro pela CNI, já havia projetado que a inflação fecharia o ano em 8,9%, bem acima do teto da meta estipulada pelo governo para 2021 (5,25%).

Em novembro, todos os indicadores que compõem o ICEI recuaram. O Índice de Condições Atuais foi de 51,5 para 49,7 pontos. Ao cair abaixo da linha divisória de 50 pontos, o índice representa a transição de uma percepção positiva para uma percepção negativa das condições atuais na comparação com os últimos seis meses.

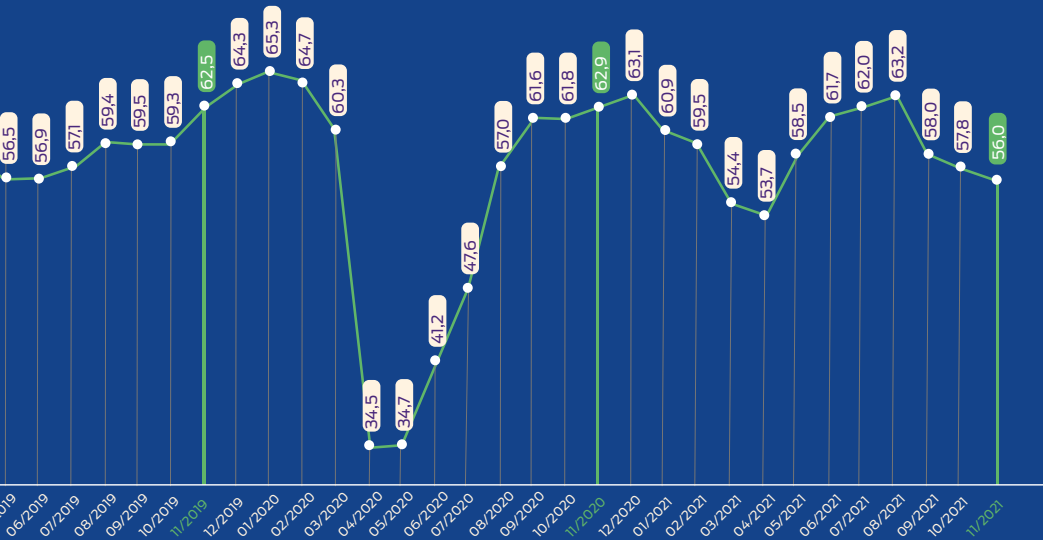
“A piora ocorre devido à percepção sobre as condições atuais da economia brasileira, cujo índice caiu 3,1 pontos em novembro, acumulando recuo de 11,9 pontos

nos últimos três meses”, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo. “A percepção das condições atuais da própria empresa ainda é positiva, mas essa visão também vem se deteriorando nos últimos meses”, completa o economista. O Índice de Condições Atuais das Empresas caiu 1,2 ponto de outubro para novembro.

Por outro lado, o Índice de Expectativas chegou a 59,1 pontos. Mesmo com a queda de 1,8 ponto em relação ao mês anterior, ele se mantém acima de 50 pontos. A redução, porém, revela um otimismo mais moderado a respeito do estado das empresas e da economia brasileira nos próximos seis meses.

O ICEI deste mês é o mais baixo registrado em um mês de novembro dos últimos cinco anos. Em 2016, ele atingiu 51,9 pontos. Em 2017, marcou 56,6 pontos. Em 2018, foram 63,4 pontos; em 2019, 62,5 pontos; e, em 2020, 62,9 pontos. ■

Fonte: CNI/Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Novembro de 2021



Termômetro

1 ► EMPREGO FICA PARADO EM SETEMBRO



O índice varia de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam confiança
Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
fonte: CNI/ Indicadores Industriais - Setembro de 2021

3 ► HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO QUEBRAM SEQUÊNCIA DE QUEDAS



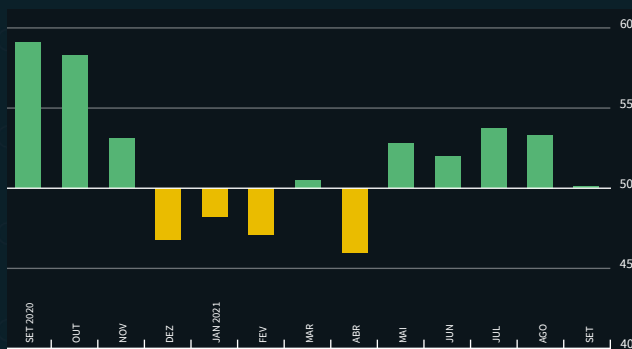
Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
fonte: CNI/ Indicadores Industriais - setembro de 2021

2 ► FATURAMENTO TEM NOVA QUEDA



Faturamento real dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
fonte: CNI/ Indicadores Industriais - Setembro de 2021

4 ► PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA FICA ESTÁVEL ENTRE AGOSTO E SETEMBRO



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
fonte: CNI/ Sondagem Industrial - Setembro de 2021



◀ 1



◀ 2



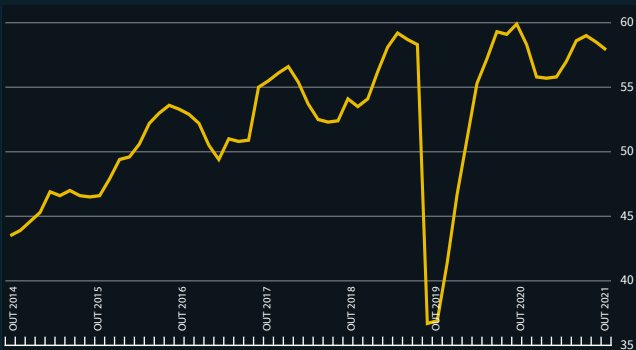
◀ 3



◀ 4

econômico

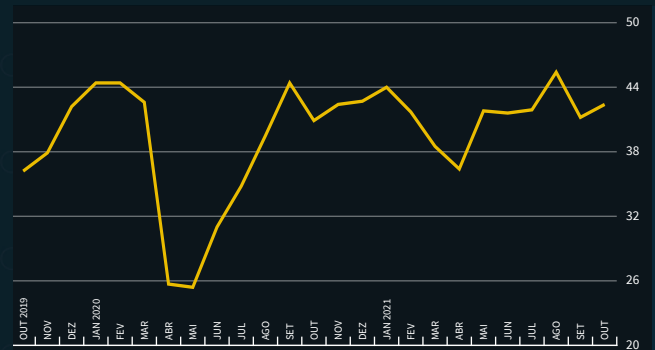
5 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA TEM LEVE RECUIO



Índice de difusão (0 a 100 pontos). Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria

fonte: CNI/ Sondagem Industrial - Setembro de 2021

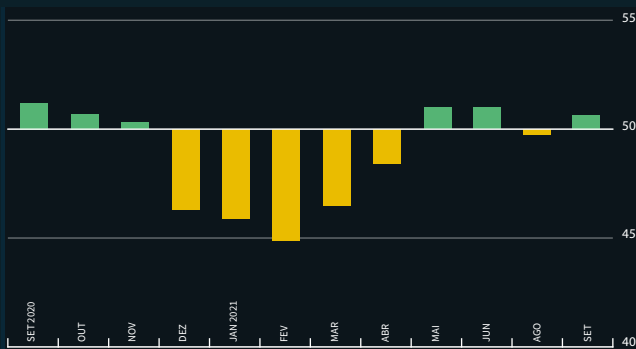
7 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIR VOLTA A CRESCER NA CONSTRUÇÃO



Índice de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão de investir da indústria

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção - Setembro de 2021

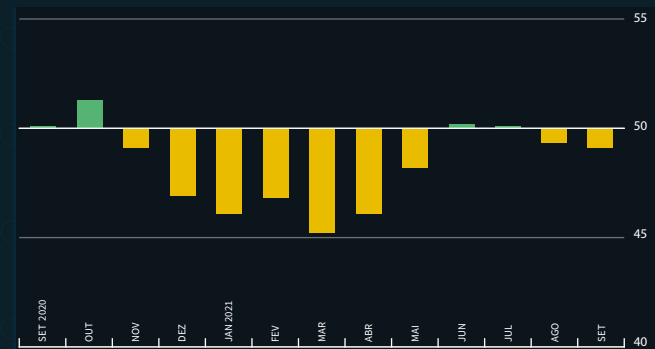
6 ▶ NÍVEL DE ATIVIDADE REGISTRA LEVE EXPANSÃO



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção - Setembro de 2021

8 ▶ NÍVEL DE EMPREGO RECUA EM SETEMBRO



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção - Setembro de 2021

5 ▶



6 ▶



7 ▶



8 ▶



Giro Brasil

► INDÚSTRIA MARANHENSE É RECONHECIDA MUNDIALMENTE

A produção de aços longos carbono neutro da *Aço Verde* do Brasil foi reconhecida na maior premiação do setor, a Global Metals Awards 2021, em evento no dia 14 de outubro, em Londres. A empresa de Açailândia, no Maranhão, primeira aciaria do mundo a produzir aço carbono neutro, venceu a categoria *Revelação ESG*. A técnica permite produzir aço de modo sustentável, com reduzidas emissões de carbono e uso de material reciclado. O evento internacional reúne anualmente importantes *players* do segmento de metais para celebrar os melhores desempenhos, as inovações e as lideranças da indústria.



Revista Indústria Brasil | Novembro 2021



◀ REVITALIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE RORAIMA DEVE IMPULSIONAR SETOR

O governo de Roraima iniciou as obras de revitalização do Distrito Industrial da Zona Oeste de Boa Vista. São mais de R\$ 100 milhões em investimentos destinados à duplicação de vias, ao asfaltamento, à criação de calçadas, à iluminação pública e à regularização fundiária. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), as melhorias possibilitarão o crescimento do setor industrial e a geração de empregos no estado. Atualmente, o Distrito Industrial abriga 153 empresas, que geram entre 3 e 4 mil empregos diretos e indiretos.

ESTUDO DE SC MOSTRA EFEITOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA RENDA

Estudo elaborado pelo Observatório da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) mostra que as contratações de profissionais STEAM – das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática – cresceram em 2021. Foram criadas mais 2,3 mil vagas no estado no 1º semestre. Embora o setor esteja muito aquecido, apenas 24,7% das vagas são ocupadas por mulheres. A pesquisa também indica desigualdade na remuneração: enquanto elas recebem em média R\$ 5,2 mil, o salário médio dos homens é de R\$ 6,7 mil.



▲ ENERGIA LIMPA E MAIS EFICIENTE NO SERTÃO PERNAMBUCANO

As indústrias da região do Sertão do Araripe pernambucano estão substituindo sua matriz energética e ampliando lucros. Nos últimos anos, as trocas da fonte de energia elétrica hidráulica pela solar e, mais recentemente, da lenha pelo Gás Natural Liquefeito (GNL) ditam uma nova tendência de geração e consumo de energia mais eficiente para a indústria e mais limpa para o meio ambiente. A substituição pelas placas solares aumentou o lucro no ramo da panificação e deu mais previsibilidade aos custos fixos das empresas, constata a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE).



▲ INSTITUTO AMAZÔNIA+21 PROMOVE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ACRE

Promover negócios sustentáveis, conectar grandes empresas com empreendedores locais e articular projetos inovadores de alto impacto na Amazônia Legal. Essa é a perspectiva do Instituto Amazônia+21, lançado em outubro na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC). A iniciativa é apoiada pelas nove federações das indústrias da Amazônia Legal e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O instituto também atuará na articulação de parcerias voltadas para a incorporação de novas tecnologias e consultoria técnica com base em critérios ESG.

Novo Ensino Médio: aprovado!

PESQUISA INÉDITA COM ESTUDANTES DO
SESI E DO SENAI MOSTRA QUE 61% AVALIAM
POSITIVAMENTE A METODOLOGIA E QUE 78% ESTÃO
OTIMISTAS COM O FUTURO PROFISSIONAL

O Serviço Social da Indústria (SESI), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), foi a primeira instituição, em todo o Brasil, a implementar o Novo Ensino Médio com as mudanças previstas na Lei 13.415/2017. Em 2018, um projeto piloto foi colocado em prática em cinco estados. Três anos depois, 198 estudantes receberam seus certificados de conclusão do ensino médio e, também, o de técnicos em Eletrotécnica.

Atualmente, milhares de alunos do SESI e do SENAI de 22 estados e do Distrito Federal cursam o Novo Ensino Médio, sendo que 61% deles avaliam positivamente o modelo e 77% estão mais satisfeitos do que antes com a escola. É o que revela uma pesquisa inédita feita pelo Instituto FSB Pesquisa e divulgada em outubro. Dois mil estudantes foram ouvidos: metade está matriculada no novo formato de ensino e a outra metade ainda está no programa regular.

Entre as mudanças adotadas no novo modelo, a integração da Formação Técnica e Profissional (FTP) e a inclusão de atividades voltadas para os projetos de vida do estudante são as mais bem avaliadas: 86% consideram importante ou muito importante ter a FTP como alternativa dentro do currículo.

▼
Estudantes formados pelo Novo Ensino Médio, como os desta turma de Goiás, estão mais preparados para o mercado de trabalho e a faculdade em que desejam ingressar



É o caso de Marcia Eduarda Ravadelli, 18 anos, estudante do 3º ano do SESI/SENAI de Florianópolis: “Eu gosto muito da metodologia, porque incentiva a gente a ser mais autodidata. Não estamos só recebendo a informação, temos que ir atrás dela também, o que estimula nossa criatividade e desperta maior interesse”, conta a jovem.

Marcia acredita que o Novo Ensino Médio abre mais possibilidades ao ajudar o estudante a se descobrir profissionalmente. Ela também faz o curso profissional de Desenvolvimento de Sistemas. “Aprendi a me comunicar melhor, a trabalhar em grupo e a organizar meu tempo. Além disso, sempre quis trabalhar com tecnologia, mas eu não sabia nem por onde começar, e a escola me ajudou a decidir”, destaca Marcia.

FORMAÇÃO PARA A VIDA

O Novo Ensino Médio foi pensado para preparar melhor os jovens para os desafios e as demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, proporciona questionamentos e

autoconhecimento e favorece as escolhas dos próprios estudantes ao focar o desenvolvimento de competências e habilidades com disciplinas integradas em diferentes áreas.

Segundo o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, que também é diretor-superintendente do SESI, hoje a escola prepara exclusivamente para os exames de ingresso na universidade, sendo que o acesso dos jovens de 18 a 24 anos ao ensino superior ainda é muito restrito, abarcando apenas 23,8% dessa faixa etária. “O Novo Ensino Médio e a formação profissional surgem nesse contexto para dar identidade social ao estudante que não ingressa direto no ensino superior, mas que deseja ou precisa entrar no mercado de trabalho e não consegue por não ter qualificação”, defende.

A pesquisa do SESI e do SENAI mostra, ainda, que 83% concordam totalmente ou em parte com que, com o Novo Ensino Médio, as escolas brasileiras formarão jovens mais preparados para os desafios e as demandas do atual mercado de trabalho. Além disso, 76% concordam totalmente ou em parte com que o modelo contribuirá para um maior interesse dos jovens em ir à escola e se manter nela.

O estudante Eduardo Garcia Nunes Rosa, de 15 anos, está no 2º ano do ensino médio regular da escola SESI Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (PA). Apesar de gostar das aulas, ele conta que elas ainda são direcionadas para provas como as do Enem. “Acho que devíamos aprender coisas do dia a dia, como o que é IPTU, a falar em público ou até sobre como sacar dinheiro, coisas que vamos usar em toda a vida, sabe?”, argumenta Eduardo, que pretende entrar na faculdade de Engenharia de Controle e Automação e trabalhar em indústrias do Brasil ou do exterior.

Dentre os estudantes ouvidos pela pesquisa, 84% dizem ter interesse na educação profissional e 91% pretendem cursar ensino superior. A baiana Maria Clara Cabral, de 17 anos, por exemplo, já planeja estudar Engenharia de Produção na universidade.



► Maria Clara Cabral, 17 anos, faz curso profissional em Petroquímica e pretende ingressar numa faculdade de Engenharia de Produção

Estudante do 3º ano do ensino médio regular da Escola SESI Reitor Miguel Calmon, em Salvador, a jovem revela que decidiu iniciar o curso profissional em Petroquímica em seu último ano na escola inspirada na oferta aos colegas do Novo Ensino Médio, que foi implementado este ano para os alunos do 1º ano.

“Vi que eles contariam com essa formação, o que será um grande diferencial para se preparar para a revolução industrial que está vindo, então eu também quis abraçar essa chance”, diz ela, que concilia as aulas pela manhã com o curso profissional à tarde, o trabalho como líder da equipe de robótica na categoria Fórmula 1 nas escolas e aulas de inglês.

Maria Clara afirma que a escolha pelo curso de Petroquímica não foi por acaso. “Eu sempre gostei de Química e é uma área que tem um leque muito diverso aqui em Salvador, além de contar com uma boa remuneração”, detalha. ■



◀ Marcia Eduarda, 18 anos, acredita que o Novo Ensino Médio abre mais possibilidades ao ajudar o estudante a se descobrir profissionalmente

OS PRINCIPAIS NÚMEROS DA PESQUISA ...

Dentre os alunos que estão cursando o Novo Ensino Médio:

61% avaliam positivamente o modelo

77% estão muito satisfeitos ou satisfeitos com a escola

78% estão muito otimistas e otimistas com o futuro profissional

Do total de alunos entrevistados (do novo método e do regular):

76% concordam totalmente ou em parte com que o Novo Ensino Médio irá contribuir com um maior interesse dos jovens em ir à escola e se manter nela

84% têm interesse na educação profissional

91% têm interesse em cursar ensino superior

Fonte: Instituto FSB Pesquisa/SESI/SENAI - Outubro de 2021



Já não passou da hora de integrar inovação e sustentabilidade?

por MARCELO NAKAGAWA

▲ Professor de Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade do Insper, FDC, FIA, Unicamp e Vanzolini

Inovação e sustentabilidade em organizações surgem no mesmo contexto, têm dinâmicas parecidas e buscam resultados semelhantes. Ambas ganham importância quando a lógica do negócio atual precisa ser repensada ou há grandes oportunidades que demandam novas soluções. As duas lidam com soluções quase sempre inéditas para a empresa e, potencialmente, também para o mercado. Tanto a inovação quanto a sustentabilidade procuram criar vantagens competitivas para o negócio.

Mas por que muitas firmas as tratam de forma independente, sobretudo neste momento, em que as inovações precisam ser mais sustentáveis e as iniciativas de sustentabilidade, mais inovadoras? Mais do que buscar justificativas na histórica falta de inteligência organizacional ou no egocentrismo irracional dos seus gestores, já não passou da hora de alavancar as sinergias entre as iniciativas de inovação e sustentabilidade?

Isso deveria começar pela definição do propósito da companhia, de sua evolução e do papel da inovação e da sustentabilidade como pontes para esse futuro. Adicionalmente, é preciso definir o que são esses termos, seus objetivos, indicadores e, depois, as metas de cada membro do time.

Além disso, é preciso estabelecer os principais processos de inovação e de sustentabilidade. Três horizontes de inovação, Funil

de Inovação, *Lean Startup*, *Design Thinking*, Inovação Aberta, *Scrum* e outras abordagens podem apresentar bons resultados em projetos de sustentabilidade, dada a dinâmica inicialmente incerta de ambas.

Também é preciso considerar a formação de colaboradores mais inovadores e mais comprometidos com a sustentabilidade. Além dos treinamentos e de outras vivências educacionais, é preciso desenvolver pessoas que estejam abertas, saibam prototipar soluções mais inovadoras e sustentáveis, que aprendam rápido e que sejam mais ágeis no desenvolvimento dessas iniciativas.

Por fim, é fundamental estabelecer políticas que orientem e consolidem uma cultura organizacional mais inovadora e sustentável. Isso implica repensar processos de seleção, avaliação de desempenho, relacionamento com clientes, fornecedores, parceiros e até com concorrentes. Essas políticas é que sustentarão o propósito de inovar e ser mais sustentável.

Como cresce o número de empresas que assumem compromissos cada vez mais audaciosos associados a aspectos ambientais, impactos sociais e padrões de governança (ESG), iniciativas sustentáveis serão cada vez mais inovadoras. Daí porque inovação em sustentabilidade que atrasar não adiantará. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação
Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva;
Francisco de Assis Benevides Gadelha;
Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio
Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban;
Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado
Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado
de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos;
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson
Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio
de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo
Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani
Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira;
Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano
Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto
Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho
de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho;
José Henrique Nunes Barreto; Nelson
Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti
de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da
Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana
Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

João Pedro Rodrigues

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

*Autorizada a reprodução
desde que citada a fonte.*



SÉRIE QUERO EXPORTAR

O jeito mais fácil de entrar no mercado internacional

Agora você tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento sobre o processo de exportação em cursos com metodologia garantida por uma instituição de qualidade reconhecida e **100% on-line**. São três opções de capacitações que vão desde o básico, para quem está começando no processo de internacionalização, ou temas mais avançados sobre precificação e adequação de embalagens para exportação. Faça a diferença no mercado internacional, aprenda com a série **Quero Exportar**.

**CRUZE AS FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, ACESSE
WWW.EXPORTAFLIXCNI.COM.BR E SAIBA MAIS.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA